



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 62ª R.O. CERHI-RJ, em 29.04.2015

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro ano de dois mil e doze, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13:30h, realizou-se a 61ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores **membros titulares:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Eliane P. Barbosa (Inea), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandez Bez (FIPERJ), Marcos Antônio M. Pacheco (Prefeitura de São João da Barra - Substituto), Daniela V. Vasconcelos (Prefeitura de Volta Redonda - substituta), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis), José Miguel da Silva (Apedema-RJ), Flávia Lanari (Apalma), Alexandre Carlos Braga (CCROM - substituto), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt), Marcos S. Lacerda (Instituto Terrazul), Gerson Cardoso (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Dalva Mansur (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Jaime T. Azulay (CEDAE), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Pamela Ferreira dos Reis (Instituto Aço Brasil), José Gomes (LIGHT), Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF), Vinicius Crespo (Fecomercio), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **membros suplentes:** Eloisa Elena (SEA), Gláucia Freitas Sampaio (GEAGUA/INEA), Lívia Soalheiro Romano (DIGAT/INEA), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), João Fernandes Lisboa Neto (Acampar-RJ), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), Keila Ferreira (Prolagos), Estela Aranha (Companhia Siderúrgica Nacional - substituta), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear); **ausências justificadas:** André Corrêa (SEA), Marco Aurélio Damato Porto (INEA), Elisa Bento (DRM), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí), David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), João Gomes de Siqueira (UENF), Alexandre Carlos Braga (CBH Baía de Guanabara), José do Amaral Ribeiro (Sindicato Rural de Campos); **ausências:** José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana), Teresa Priscila D. Gomes (Instituto Ipanema), Maurício Fernandes (O nosso vale! A nossa vida!), Sidney Salgado dos Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul), Jorge Vicente Peron (FIRJAN), Joana N. Siqueira (APROMEP); **convidados:** Antônio Linhares Sobrinho (Apedema-RJ), Karine Duarte (EDF-NF), André Marques (AGEVAP),

Rosilene Melo (Movimento dos Atingidos por Barragens), Altomir Carvalho (Movimento dos Atingidos por Barragens), Carlos Bittencort (Mandato Flávio Serafini), Manoel Assis (CEDAE), Maria Cleuzi (Movimento dos Atingidos por Barragens), Antônio Matia Miguez, Aline Laialer, Alexonia Renato (Movimento dos Atingidos por Barragens), Rosemere S. (Movimento dos Atingidos por Barragens), Paulo de Souza Leite (CBH Piabanha), Daniel Castelo (O DIA), Julio César Antunes (CBH Guandu), Rolf Dieringer (Sindicato dos Produtores Rurais de Cachoeiras de Macacu), Sérgio Ricardo (Liderança PSOL ALERJ), Sandra Faillace (INEA), Adacto Ottoni (UERJ), Ricardo Senra (CILSJ), Izabela Santos (UFF), Eduardo Dantas (CEDAE), Pamela Aparecida (FFCBH), Renata Carvalho (INEA), Markus Budzimez (Apedema-RJ), Paulo Gomes (ADEFIMPA), William Webber, Gustavo. Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta de memória da 17ª R.E. do CERHI-RJ de 22/12/2014; **3.** Aprovação da minuta de memória da 18ª R.E. do CERHI-RJ de 03/02/2015; **4.** Aprovação da minuta de memória da 60ª R.O. do CERHI-RJ de 10/12/2014; **5.** Crise Hídrica – atualizações; **6.** Barragem do Guapiaçu – novos encaminhamentos; **7.** Apresentação da planilha de ações das propostas para a crise hídrica; **8.** Proposta de seminário “Caminho para Segurança Hídrica do estado do Rio de Janeiro”; **9.** Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA); **10.** Assuntos Gerais: Proposta de capacitação para temas afetos a gestão de Recursos Hídricos. Após verificação de quórum, o Sr. Décio Tubbs Filho deu início a reunião às 14:15h. **1º item: Aprovação da pauta.** Após alteração, a pauta ficou da seguinte forma: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta de memória da 17ª R.E. do CERHI-RJ de 22/12/2014; **3.** Aprovação da minuta de memória da 18ª R.E. do CERHI-RJ de 03/02/2015; **4.** Aprovação da minuta de memória da 60ª R.O. do CERHI-RJ de 10/12/2014; **5.** Apresentação da planilha de ações das propostas para a crise hídrica; **6.** Crise Hídrica – atualizações; **7.** Barragem do Guapiaçu – novos encaminhamentos; **8.** Proposta de seminário “Caminho para Segurança Hídrica do estado do Rio de Janeiro”; **9.** Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA); **10.** Contratação de campanha publicitária permanente de esclarecimento da população do estado do Rio de Janeiro sobre uso dos recursos hídricos (CERHI-RJ e CBH patrocínio) com recursos da compensação financeira do setor elétrico; **11.** Indicação de representante do CERHI-RJ no Conselho Nacional de Recursos Hídricos; **12.** Assuntos Gerais: Proposta de capacitação para temas afetos a gestão de Recursos Hídricos. **2º item: Aprovação da minuta de memória da 17ª R.E. do CERHI-RJ de 22/12/2014.** Aprovada por unanimidade. **3º item: Aprovação da minuta de memória da 18ª R.E. do CERHI-RJ de 03/02/2015.** A Sra. Flávia Lanari pediu para incluir sua abstenção na votação em apoio ao não rompimento do contrato de gestão com o Consorcio LSJ, porém ficou acordado que esta irá enviar sua contribuição à secretaria executiva do CERHI-RJ, para que este trecho conste na ata. **4º item. Aprovação da minuta da ata da 60ª R.O. do CERHI-RJ de 10/12/2014.**

Aprovada por unanimidade. **5º item. Apresentação da planilha de ações das propostas para a crise hídrica.** A Sra. Gláucia Sampaio explicou que este assunto já foi discutido em duas reuniões passadas, onde os conselheiros tiveram um período para enviar contribuições. Assim, foi consolidada a planilha apresentada. O Sr. Roberto Machado entende que o projeto do Guapiaçu não cabe no relatório a ser enviado ao governador, e a Sra. Eliane Barbosa explicou que foram acrescentadas outras ações que haviam sido pensadas, ao longo do tempo, que serão enviadas ao governador, para que este negocie recursos para o estado do RJ, e não necessariamente para a bacia do Paraíba do Sul. Para esta bacia, foi elaborada outra relação pela AGEVAP, com recursos do CEIVAP e do CBH Guandu, e foi considerado pelas diretorias da ANA e do INEA como caráter emergencial, para serem feitas. O Sr. Adacto Ottoni comentou que existe outro tipo que é emergencial, que são obras de recarga. Informou que o Sr. Alexander (EMBRAP) fez uma palestra com engenheiros para controlar a bacia do Paraíba do Sul que custou R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e que tem engenheiros para fazer. A Sra. Eliane Barbosa solicitou ao Sr. André (AGEVAP) que considere esta solicitação na lista dos projetos hierarquizados. A Sra. Vera Lucia comunicou que o CEIVAP está na fase de contratação para PSA, no valor de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e que o outro edital, que já está na página do CEIVAP, é o de educação ambiental. O CEIVAP tem trabalhado nessa agenda verde. O Sr. Adacto Ottoni informou que no CBH Guandu tem o programa produtores de água, mas explicou que este programa se limita a fazer restauração e reflorestamento. Sugeriu que seja feito também um programa de monitoramento de vazões, e implementar intervenções de recarga. E por fim, a Sra. Gláucia Sampaio fez a leitura da planilha. **6º item: Crise Hídrica – atualizações.** O Sr. Edson Falcão iniciou comentando que é a primeira apresentação onde há uma melhora efetiva da estiagem. Fez uma apresentação com as informações das vazões em relação a pior situação da história. Informou que houve uma melhora, mas ainda devem ficar atentos. Mostrou o volume equivalente de cada reservatório, mostrando que em fevereiro chegaram à reserva de 0,4%, porém, atualmente a reserva está em 7%. Explicou que, atualmente, estão operando a uma vazão média de 140m³/s, e estão fazendo esse esforço como prevenção à estiagem. Eventualmente, caso necessitem de uma nova redução, estão atuando nas adaptações das captações, onde já há projetos que o CEIVAP está custeando. Ao usuário do CBH Guandu, existe também outra solução, onde os quatro principais usuários que ficam próximos da foz estão se adaptando à estiagem. Foi criado um gabinete de segurança hídrica com esses quatro usuários, com reuniões semanais, para discutirem essas reduções. Apresentou em seguida duas simulações: 1) Na pessimista, repetiu o que aconteceu em 2014, onde parou de chover de fevereiro a novembro. Se isso se concretizasse, a situação do reservatório estaria em -7,8% em novembro, mas isso ainda estaria dentro do volume da reserva estratégica disponibilizada pela ANA, que é de 13,1%; 2)

Na simulação baseada no volume atual, choveria 20% a mais que em 2014, e assim estariam mais sustentáveis, onde não precisariam acessar esse volume estratégico. **7º item: Barragem do Guapiaçu – novos encaminhamentos.** A Sra. Eliane Barbosa lembrou que, na planilha de ações para crise hídrica, o item sobre a barragem o Guapiaçu não especifica o tipo de projeto. A secretaria tem o entendimento de ouvir a todos e formular uma proposta. Para isso, é importante que seja criado um grupo de trabalho para que sejam avaliados os projetos existentes. Informou que a lista é para garantir o recurso para que o projeto possa ser viabilizado. O Sr. Edson Falcão explicou que o objetivo do governo é criar mecanismo para aumentar a segurança hídrica do estado. O que está sendo pleiteado não é a construção da barragem, e sim a construção de uma alternativa que resolva o problema. O Sr. Roberto Machado fez a contextualização do projeto, e explicou que o problema começou em 2012, quando houve uma plenária do subcomitê leste na região de Cachoeiras de Macacu, onde o então Secretário do Meio Ambiente na época, Sr. Paulo Squiavo, denunciou o projeto da Barragem do Guapiaçu que estava sendo imposta sem a participação do município e das pessoas envolvidas. A partir daí, foi designado para estar à frente desta situação, onde conheceu o projeto proposto pelo estado e através da Secretaria de Meio Ambiente de Cachoeira de Macacu, fizeram uma diligência ao local. Foi verificado que era um local inadequado e, como conhecedor do plano diretor do estado do RJ, sabia que havia alternativas do estado. Além disso, o secretário, por conhecer o local, também apresentou alternativas. Dentre estas, uma o deixou surpreso positivamente, que é o Anil, pois é um local quase todo fechado, onde seria feita uma pequena barragem, dois pequenos diques, onde teriam uma reservação de 30.000.000 m³/s, que é 1/3 da proposta do estado. Depois foram a Serra Queimada, que tem a proposta do plano diretor, que faz parte do Guapiaçu, só que a montante da represa. Lá também tem um local fechado junto ao Parque Três Picos, que inclusive serviria como uma proteção ambiental do parque, e que já tem uma reservação aproximada de 40.000.000 m³/s. Continuou explicando que em Soarin, que já é estrategicamente da bacia do Macacu, a Cedae tem um projeto de fazer um novo ponto de tratamento, e que poderiam enviar a água do Soarin para a ponta de tratamento. Estas três alternativas foram estudadas com a ajuda da Secretaria de Meio Ambiente, onde fizeram alguns levantamentos para poderem ter os valores aproximados de vazão e volume acumulado. Chegaram à conclusão que teriam 20.000.000 m³/s a mais que a proposta do estado, com um custo de 60% da outra obra, e com uma desapropriação cinco vezes menor. A área da barragem é a mais produtiva de Cachoeiras de Macacu e muito importante para o estado, como um todo. Comentou que teve apoio do Sindicato Rural, dos proprietários, Sindicato Rural dos Trabalhadores, Associação de Pequenos Produtores, todos engajados. Estes sabem da necessidade de uma reservação e que têm água para doar a região leste da

Baía de Guanabara, e estão dispostos a ajudar na recuperação do Vale do Guapiaçu, mas também reivindicam a possibilidade de participar da discussão dos projetos. Esta apresentação foi também realizada na CT-IG, onde foi pensado em organizar um GT, com representantes do CBH, Cedae, Prefeitura Municipal e as entidades do local. O Deputado Gláucio Julianelli informou que está acompanhando a questão da crise hídrica. Em relação à represa do Guapiaçu, foi possível ver que existem alternativas para esse projeto, que poderá causar um dano muito significativo para os agricultores da região. Entendem que a população precisa da água, mas que não podem resolver um problema criando outro. Notou que o Conselho está disposto a discutir as alternativas junto aos afetados, e gostaria de acompanhar o desenvolvimento desse assunto. O Sr. Décio Tubbs fez o encaminhamento do GT do Guapiaçu, onde os participantes seriam: prefeitura de Cachoeira de Macacu, Usuário, INEA, SEA, Sindicato Rural, um representante da CT-IG/CERHI-RJ e sociedade civil. O Sr. Gustavo falou que a Câmara Técnica há de fazer análise técnica, mas entende que a questão política e institucional da região é também importante, mas que não podem desprezar a presença dos atingidos diretamente pela barragem. Solicitou que abram mais espaço para a população nesta discussão técnica. O Sr. Roberto Machado informou que o CBH tem espaço para todas as pessoas, onde os atingidos pela barragem podem estar participando das discussões no CBH, e este irá enviar um representante para a discussão técnica. A Sra. Eliane Barbosa ressaltou que os afetados da região precisam se aproximar do CBH, para que o representante do GT possa enviar as reivindicações e problemas de cada setor para a discussão técnica. O Sr. Décio Tubbs solicitou que cada segmento que participará do GT indique um representante até dia 13/03/15. Um participante da reunião falou que é preciso buscar soluções sustentáveis para o problema da crise hídrica e do Guapiaçu, e que devem seguir o tripé da sustentabilidade, com solução ecologicamente viável, economicamente viável e socialmente desejada. Não há solução sustentável quando a população é prejudicada. Falou, ainda, que barragem não produz água e que para ter água é preciso chuva e bacia hidrográfica. Quando a bacia está degradada, chove, erode o solo, gera inundação e a água vai pro mar. Se a bacia estiver preservada com florestas, chove e a água infiltra, há o controle de enchentes e na época que não chove o rio tem mais água, sem precisar construir barragem. Quem preserva é a água subterrânea. Essa proposta de barragem do estado está cheia de impactos ambientais. No EIARIMA diz que irá causar eutrofização, degradando a qualidade da água e inundando áreas de solos férteis. A água ficará contaminada com matérias orgânicas, deixando de produzir para os agricultores. Não tem medida mitigadora, vai gerar assoreamento, afetar o regime do rio e a água vai ficar estagnada, portanto, propõe a regularização espacial de vazões. Uma barragem é uma regularização pontual. Ao construir uma barragem, na época de chuva, o volume útil se acumula para garantir o abastecimento na época de estiagem, mas gera os impactos citados.

Na regularização espacial também se faz uma regularização de vazões, mas acumulando a água em toda a bacia, com obras de recarga e reflorestamento, controlando enchentes, e duplicando a vazão mínima em época de estiagem. No lugar de fazer uma barragem, que é uma obra cara e causadora de muitos impactos, é mais sustentável fazer barragens menores com menos inundação, complementando essas obras com obras de recarga. O estudo de impacto ambiental precisa ter estudo de alternativas. O Sr. Sérgio Ricardo comentou que o CBH BG não tem representantes da sociedade civil do município em questão. Comentou que sairia da reunião frustrado caso o grupo de trabalho fosse criado sem estas representações, pois isso foi um compromisso do Secretário André Corrêa em uma reunião recente sobre o assunto, com agricultores e produtores da região. O argumento de que a questão técnica resolve tudo muitas vezes serve para manipular a sociedade. É preciso tratar de três questões: social; jurídica, pois o projeto do estado tem inúmeras irregularidades, além da necessidade de discussão desapropriação de terra; e ambiental. Reforçou a ideia de que pelo menos dois representantes do GT sejam da comunidade, e sugeriu, como instituição técnica, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), pois estes têm acompanhado a questão. Também sugeriu a participação do Prof. Adacto Ottoni (UERJ), pois é um dos principais nomes na área ambiental no estado do RJ. Finalizando, comentou que a crise hídrica deve-se ao modelo de governo equivocado do estado. A prioridade dos últimos governos foi o uso industrial, e não o abastecimento, e não podem permitir que as pessoas da região fossem sacrificadas para corrigir equívocos do governo. A Sra. Eliane Barbosa informou que está representando o compromisso do Secretário, de forma que o GT irá revisar as ações. O Sr. Décio Tubbs explicou que o GT irá analisar e indicar a melhor alternativa, que será encaminhada ao CERHI-RJ, para que este possa analisar e aprovar ou não. O Sr. Roberto Machado garantiu que dentro do sub-comitê leste os moradores da região serão ouvidos, de forma que o representante no GT leve aos outros membros as principais demandas. A Sra. Rosemary Dribs ressaltou que muito se fala dos agricultores, mas todo o estado está ameaçado com esta barragem, pois a região é uma das principais produtoras agrícolas. Em seguida, agradeceu a oportunidade e fez a leitura de uma carta (em anexo), elaborada pela comunidade, que demonstra sua insatisfação com a construção da barragem. Convidou a todos para reunião em Serra Queimada dia 06/03 com o Secretário André Corrêa. A Sra. Eliane definiu que o grupo terá um representante da prefeitura, um da Secretaria de Estado, um do INEA, um do Setor Usuário e dois da Sociedade Civil. O Sr. Zacarias Albuquerque lembrou que o projeto deverá ter um custo econômico alto pela teimosia de quem defendeu a Petrobrás, pois, na época, este complexo foi pleiteado para Campos. Essa água também é necessária para atender esse complexo. A Sra. Eliane Barbosa propôs ao Presidente do CBH Baía de Guanabara, Sr. Jaime Azulay, que este faça uma reunião extraordinária com vista especialmente à região leste, para definirem a questão da

representatividade da região no GT. Finalizando, o Sr. Jaime Azulay comentou que todos sempre tiveram as portas abertas no comitê e que irá marcar a reunião. **8º item: Proposta de seminário “Caminho para Segurança Hídrica do estado do Rio de Janeiro”.** O Sr. Décio Tubbs explicou que a ideia seria realizar um seminário, talvez no dia 29/04/2015, data da próxima reunião do CERHI-RJ, o dia inteiro, com local ainda a discutir. Teriam 03 (três) blocos: 1) “Regras operativas do Paraíba do Sul”. Seria uma palestra, precedida por uma introdução relacionada ao PERHI-RJ; 2) “Caminhos alternativos”, discutiriam a dessalinização, águas subterrâneas e o processo de restauração e pagamentos por serviço ambiental; e 3) “Uso racional”. A Sra. Eliane Barbosa sugeriu a inclusão da discussão sobre perdas, as ações tomadas para isso e investimentos. O Sr. Sertão comentou que as pessoas têm a ilusão de que a água é um patrimônio inesgotável. A sensibilidade e quantificação da perda vai dar um impulso para mudar o modo operante e vivente. A Sra. Eloisa Elena sugeriu a discussão de águas de chuva. Sr. Décio Tubbs solicitou contribuições para este seminário até dia 13/03/2015. **9º item: Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (AGENERSA).** O assunto não foi discutido, pois o representante da AGENERSA precisou ausentar-se, mas comprometeu-se a fazer a apresentação em outra reunião do Conselho. **10º item: Contratação de campanha publicitária permanente de esclarecimento da população do estado do Rio de Janeiro sobre uso dos recursos hídricos (CERHI-RJ e CBH patrocínio) com recursos da compensação financeira do setor elétrico.** O Sr. Affonso Albuquerque explicou que esta seria uma campanha permanente, pois mesmo sem crise é preciso educar a população sobre recursos hídricos. O Sr. Marcos Lacerda comentou que existem questões internas. A primeira seria aprovar repasse de recursos da compensação financeira para uma campanha publicitária. Segundo ponto seria ter uma agência de bacia que possa centralizar esse recurso e operacionalizar. Por último, seria preciso saber quanto pode ser utilizado para produzirem a campanha, onde provavelmente precisarão de um TdR para viabilizar a campanha. A Sra. Gláucia Sampaio informou que a AGEVAP irá fazer o TdR, e que será encaminhado ao Conselho. O Sr. Paulo César (CBH BG-Oeste) lembrou que não podem esquecer os veículos comunitários que atingem toda a população. A ideia foi aprovada, com recursos saindo da compensação financeira. Na próxima reunião irão definir os valores. **11º item: Indicação de representante do CERHI-RJ no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.** O Sr. Affonso Albuquerque explicou que receberam o edital de eleição do CNRH. O Governo do Estado que é o representante do CERHI-RJ no Conselho Nacional. Entendem que, se o secretário não fizesse questão do cargo, o CERHI-RJ poderia indicar um novo representante. A Sra. Maria Aparecida explicou que no CNRH é comum que essa vaga seja preenchida pelos órgãos gestores dos recursos hídricos. A Sra. Eliane Barbosa falou que, se tiver apoio do CERHI-RJ, fará de tudo para levar a palavra, não só do órgão gestor, mas também do conselho ao

CNRH. **12º item: Assuntos Gerais:** O Sr. Décio Tubbs explicou que estão fazendo o planejamento da capacitação para temas afetos a gestão de Recursos Hídricos, e que em breve será apresentada uma proposta. O Sr. Antônio Miguez comentou que tem estudado os recursos hídricos, e ao longo desse tempo, ouviu uma ideia no qual se transporta água em grande volume. Seriam duas adutoras, uma trazendo água do Santarém ao sul de Goiás, e outra levando água do Bico do Papagaio ao Sertão Pernambucano. Soube que o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, informou que a proporção estruturante é a captação de água do Paraíba do Sul, e achou estranho, pois o RJ estava pedindo para isto não ser feito, mas o estado de SP insistiu. Disse ter experiência em geração de energia através captação pelo movimento do fluxo da água, e não por barragem. Assim, consegue gerar energia sem alagar. Explicou que os dutos e adutoras não causam impacto ambiental, uma vez que são subterrâneas. Finalizou falando que o que se desmata é temporário, pois pode haver reflorestamento. Em seguida, a Sra. Vera Lucia informou que o processo eleitoral do CEIVAP ocorrerá dia 24/03/2015, onde o Sr. André Correa estará sendo indicado para assumir a presidência. Comunicou, também, que no dia 10/02/2015 foi realizada uma reunião com os prefeitos do MPSul, onde foi discutida a crise hídrica, onde perceberam que o legislativo também deve participar dessa discussão. Será organizada uma reunião com todas as câmaras legislativas dos 19 municípios do MPSul. O Sr. Ediel Caldas falou que no RJ observa uma empresa estatal, que é a CEDAE, que anda na contramão na questão da crise hídrica, que o município de Nova Iguaçu é considerado um dos que mais tem água no RJ, mas, apesar disso, está sem água para a população. Gostaria que o CERHI-RJ se manifestasse sobre essa questão com a CEDAE. A Sra. Eliane Barbosa informou que é uma questão local, não cabendo ao Conselho essa discussão. O Sr. Décio Tubbs completou falando que não se pode atacar a empresa como um todo, e que entende o desagrado, mas esse caso está fora da jurisdição do CERHI-RJ. Tentaram trazer ao conselho a AGENERSA, pois no futuro provavelmente será a empresa que fará essa regularização. O Conselho não irá discutir tarifação de água, pois não é sua competência, cabendo à discussão às perdas de água. O Sr. Ediel Caldas falou que irá analisar o Regimento Interno para saber se este assunto pode ser inserido no CERHI-RJ. O Sr. José Miguel comentou que no último ENCOB ficou claro que existe, no estado, um limite econômico do recurso hídrico e um limite da política de gestão de recursos hídricos. Sabem que os recursos da cobrança não darão conta dos planos de bacia, por isso, precisam ampliar a capacidade de arrecadação e construção dos projetos, e criar um consenso com a sociedade de setor produtivo, improdutivo, criativo, etc. Falou que é preciso marcar uma reunião com a Sra. Eliane Barbosa para discutir o assunto. Continuando, pediu que o estado se posicionasse sobre a questão do gerenciamento costeiro, que é um ponto de grande dúvida. Informou, ainda, que dia 05/03/2015 será a eleição da sociedade civil, usuários e poder público do CBH

290 BG, e no dia 12/03/2015 será a eleição dos indicados desses três segmentos. Comentou que
291 acha que tem algo de errado na gestão do CBH BG, pois este tem mais de 3.000.000 (três
292 milhões) de pessoas vivendo ao seu entorno, mas a cada mandato a participação dentro do
293 CBH diminui. A Sra. Eliane Barbosa falou que o zoneamento costeiro está sendo feito na sua
294 diretoria. A equipe da GGT (Gerência da Gestão do Território) ofereceu à presidente do CBH
295 MPSul, e oferece aos outros também, mapas, que são usados para ordenamento territorial.
296 Explicou que possuem um trabalho específico de zoneamento costeiro, e que pode ser
297 apresentado ao comitê, e que irá às reuniões também dos CBHs, para poder participar
298 efetivamente. A Sra. Bárbara Pithon falou que o CBH BIG possui um projeto de zoneamento
299 econômico ecológico e costeiro, e que talvez o coordenador do projeto possa apresentá-lo ao
300 Conselho. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CERHI-RJ, a Sr. Décio Tubbs Filho
301 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 60ª Reunião Ordinária do Conselho
302 Estadual de Recursos Hídricos, às 17:50h.

303
Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ